

## **Apresentação da Mensagem da Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao Congresso Nacional, por ocasião da instalação da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura**

A leitura da mensagem presidencial é feita pelo primeiro-secretário da Mesa do Congresso. Em geral, o documento expõe a situação do país, indica os planos do governo, e solicita providências para o ano que se inicia

### **Congresso Nacional – Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2011**

Eu queria iniciar saudando o senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional,

Deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados,

O ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Queria dirigir uma saudação especial à deputada Rose de Freitas, primeira deputada a integrar a Mesa da Câmara,

Saudar o ministro Antonio Palocci, ministro-chefe da Casa Civil,

O ministro Luiz Sérgio, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais,

Saudar as senhoras e senhores ministros de Estado aqui presentes,

Saudar o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Tribunal Superior Eleitoral,

Senhoras e senhores membros da Mesa do Congresso Nacional,

Senhoras e senhores Senadores e Deputados Federais,

Senhoras e senhores representantes diplomáticos aqui presentes,

Senhoras e senhores jornalistas,

Senhoras e senhores cinegrafistas,

Senhoras e senhores, companheiros e companheiras,

É com muita honra que encaminho, pela primeira vez no meu mandato, esta mensagem por ocasião da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Trata-se de uma oportunidade ímpar para detalhar nossos planos com vistas ao exercício que se inicia e reafirmar nosso compromisso com o diálogo e com a relação independente e harmoniosa entre os poderes da República.

O Brasil vive, hoje, o mais longo período de estabilidade democrática de sua história republicana. A transição democrática, a Constituição de [19]88 e as sucessivas

eleições livres fortaleceram e aprimoraram as nossas instituições. O povo brasileiro conquistou um ambiente de liberdade e participação efetiva na elaboração de políticas públicas e na condução dos rumos do país.

É nosso dever consolidar e ampliar esta vivência democrática. É ela, afinal, que possibilita, avaliza e garante o amplo processo de transformações vivido por nosso país nos últimos anos. A democracia nos abriu um horizonte mais promissor de justiça social, redução das desigualdades sob todas as suas formas e consolidação de nosso desenvolvimento econômico e social.

Uma democracia ampla exige atitudes, impõe responsabilidades e cobra dos seus governantes compromissos em relação a todos os cidadãos, independentemente de gênero, idade, credo ou raça. Para que a democracia seja exercida plenamente por todos, todos precisam ter oportunidades reais de crescimento pessoal, todos precisam ter assegurados – não apenas na letra da lei, mas no dia a dia de suas vidas – os seus direitos básicos de alimentação, moradia, emprego, educação de qualidade, acesso à saúde e cultura.

O nosso governo, este Parlamento, as instituições do Estado de Direito, a sociedade em geral têm a responsabilidade de ampliar e aprofundar a democracia, começando por aquela que é nossa missão mais básica: erradicar a pobreza extrema do país.

O Brasil não pode aceitar mais que milhares de pessoas continuem vivendo na miséria, que não tenham alimentação suficiente, que não tenham um teto para viver, que não tenham, enfim, condições fundamentais de vida. É vergonhoso que, em um país capaz de produzir no ano passado 149,5 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, ainda haja cidadãos que passem fome. Esta não é uma missão que se restringe ao nosso governo. É uma missão de todos os brasileiros. Porque, para ser verdadeiramente democrático, o Brasil precisa criar oportunidades para todos.

Lutarei, firme e decididamente, para acabar com a miséria em nosso país. Conto com o apoio e a dedicação das senhoras e dos senhores parlamentares, deputados e senadores, representantes legítimos do povo nesta luta histórica.

A superação da pobreza extrema e a ampliação das oportunidades para todos os brasileiros não constituem ato voluntarista, mas sim a consequência natural de uma política macroeconômica consistente capaz de gerar um longo ciclo de crescimento sustentado.

O crescimento econômico – combinado com uma ampla rede de proteção social – possibilitou nos últimos oito anos que 27 milhões e 900 mil brasileiros obtivessem uma renda maior e ultrapassassem a linha da pobreza. A manutenção de uma política macroeconômica compatível com o equilíbrio fiscal – com ações firmes de controle da inflação e rigor no uso do dinheiro do contribuinte – será um dos pilares fundamentais do nosso governo.

Manteremos a estabilidade econômica como valor absoluto. Reafirmo que não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que a inflação volte a corroer nosso tecido econômico e a penalizar os mais pobres.

Vivemos hoje um momento inédito na história do país, em que o número de trabalhadores formais superou o de trabalhadores informais. Entre 2003 e 2010, foram criados 15 milhões de empregos. A adoção da política de valorização do salário-mínimo permitiu que este alcançasse o maior nível dos últimos 40 anos, beneficiando diretamente trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.

No entanto, é preciso ir ainda mais longe, superando o quadro atual e instituindo regras estáveis, de longo prazo, que permitam a continuidade dessa política. Para tanto, encaminharei ao Congresso Nacional proposta de política de longo prazo de reajuste do salário-mínimo, conforme estabelece a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.

A manutenção de regras estáveis que permitam ao salário-mínimo recuperar o seu poder de compra é um pacto deste governo com os trabalhadores. Asseguradas as regras propostas, os salários dos trabalhadores terão ganhos reais sobre a inflação e serão compatíveis com a capacidade financeira do Estado brasileiro. Estado este para o qual a grande massa da população dirige seus anseios e do qual cobra respostas a suas demandas. União, estados, Distrito Federal e municípios devem estar em condições de responder a essas necessidades com crescente presteza e qualidade.

Adotaremos, para este fim, ações efetivas e integradas com todos os entes da Federação, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, atendendo às justas aspirações do povo brasileiro.

Conclamo as senhoras e os senhores representantes do Poder Legislativo, governadores e prefeitos a reunir-se em torno de um pacto de avanço social neste país. Uma parceria sólida que acabe com a miséria, que amplie e melhore o acesso à saúde, à educação, que garanta a segurança e que proporcione às brasileiras e aos brasileiros oportunidades reais de crescimento social.

Este pacto pode ter como símbolo o esforço deste governo – e, tenho certeza, das senhoras e dos senhores parlamentares também, das senhoras e dos senhores membros do Poder Judiciário – para que nunca mais se repita a tragédia das chuvas que roubaram centenas de vidas e destroçaram os sonhos de milhares de famílias na Região Sudeste, neste início de ano.

Nenhum país é imune aos riscos de tragédias naturais. Mas, no Brasil, não podemos – e não iremos – esperar o próximo ano, as próximas chuvas, para chorar as próximas vítimas. Determinei, junto aos ministros responsáveis, a implantação, entre outros, de um sistema nacional de prevenção e alerta de desastres naturais. A partir da conjugação de dados meteorológicos e geofísicos será possível alertar para que as populações sejam retiradas das áreas de risco.

Durante décadas, criou-se uma cultura em que a Defesa Civil limitava-se a trabalhar apenas com foco em emergências. O que aconteceu na região serrana do Rio mostra que isso não pode continuar. Investiremos pesadamente na geração de dados confiáveis que possam alertar a população a tempo e com precisão; apoiaremos os estados na identificação das áreas de risco; juntamente com os

municípios, realizaremos obras de prevenção; e ofereceremos aos moradores das áreas atingidas a possibilidade de novas habitações, através do programa Minha Casa, Minha Vida.

Este governo está aberto às senhoras e senhores parlamentares, governadores e prefeitos para, juntos, montarmos um arcabouço das responsabilidades e compromissos de cada ente federativo, de forma a impedir que o drama provocado pelas chuvas se repita com tamanha intensidade.

A educação será uma das prioridades centrais do nosso governo. Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados para desenvolver atividades produtivas tecnologicamente sofisticadas e aptos a conduzir o país aos plenos benefícios da sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Hoje, milhares de jovens afrodescendentes, indígenas e das periferias são os primeiros de suas famílias a conquistar um diploma universitário.

O ensino técnico federal está cada vez mais acessível em todo o país. A universalização do ensino fundamental, alcançada nas últimas duas décadas, coloca-nos o desafio de melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio. Para isso, vamos dar decidido apoio aos municípios na tarefa de ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além da expansão da rede de escolas técnicas e do aumento do investimento público, vamos estender a bem-sucedida experiência do ProUni à educação profissional e técnica de nível médio, oferecendo milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade. De forma a que todas essas diretrizes sejam viabilizadas, é de fundamental importância a valorização do professor. Em parceria com estados e municípios, consolidaremos o processo de focalização do ensino na figura do professor, já iniciado com a criação do piso salarial.

A oferta de saúde pública de qualidade, por meio da consolidação do SUS (Sistema Único de Saúde), terá primazia no nosso mandato. O SUS deve ter como foco o atendimento efetivo das necessidades dos usuários, oferecendo os melhores instrumentos de diagnóstico e tratamento, tornando os medicamentos acessíveis a todos e fortalecendo as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Para esse fim, serão considerados três pilares: financiamento adequado e estável para o SUS; valorização das práticas preventivas; e organização dos vários níveis de atenção aos usuários, garantindo atendimento básico e ambulatorial nas unidades de Saúde e nas Unidades de Pronto Atendimento – as UPAs.

Em relação às UPAs destaco que será de fundamental importância a parceria da União com os estados e municípios. A meta de implantação de 500 UPAs para garantir atendimento médico adequado a urgências de baixa e média complexidade e reduzir a superlotação das emergências dos grandes hospitais será alcançada com o investimento de R\$ 2,6 bilhões.

Investiremos, ainda, R\$ 5,5 bilhões em mais de 8 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) destinadas a ampliar oferta de atenção básica e integral, criar infraestrutura de apoio às equipes de saúde da família e ofertar serviços de atendimento de rotina nas mais variadas áreas médicas.

Outro pilar das prioridades governamentais é a segurança. Reitero nosso compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do crack, que desintegra nossa juventude e fragiliza as famílias. A ação integrada de todos os níveis de governo, juntamente com a participação da sociedade, é o caminho para a redução da violência que tanto mal causa ao nosso país.

Trabalharemos permanentemente para garantir a presença do Estado em todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com estados e municípios. Para esse fim, atuaremos diretamente por meio da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança e, quando necessário, das Forças Armadas. Estimularemos e ampliaremos experiências exitosas, como a criação das UPPs, no estado do Rio de Janeiro, e promoveremos a ação coordenada das forças de segurança.

O avanço social tem que ser feito, necessariamente, por meio da valorização da nossa diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade. Vamos investir em cultura, ampliando, em todas as regiões, a produção e o consumo de nossos bens culturais e expandindo a exportação de nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

As senhoras e os senhores não de concordar que são desafios gigantescos, mas tenho a certeza de que são superáveis. Estou convencida disso, porque tive o privilégio de participar ativamente dos anos de esforço e trabalho da equipe do presidente Lula, quando muitas metas consideradas excessivamente ousadas vieram a ser superadas e uma imensa mobilidade social se verificou em todas as regiões do nosso país.

Hoje, vivemos em um país que cresce a taxas sustentáveis e que mantém a produção e o mercado interno aquecidos, mesmo durante períodos turbulentos da economia mundial. Mais que isto: temos no futuro próximo a oportunidade única de transformar o Brasil, definitivamente, em uma nação economicamente desenvolvida e socialmente justa.

Retomamos com o Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC – a capacidade de planejar a longo prazo e de levar adiante gigantescas obras de infraestrutura, que transformam nossa geografia e nossa economia. A determinação do governo em induzir o crescimento do país será aprofundada, já em 2011, com a consolidação do PAC 2 e da segunda fase do Programa Minha Casa, Minha Vida.

No PAC 2 estão programados para o período 2011-2014 investimentos em infraestrutura da ordem de R\$ 955 bilhões, sendo R\$ 48,4 bilhões em rodovias; R\$ 43,9 bilhões em ferrovias; R\$ 40,6 bilhões em água, recursos hídricos e Luz para Todos; R\$ 57,1 bilhões em saneamento, pavimentação e mobilidade urbana e prevenção em áreas de risco; R\$ 461,6 bilhões em energia (dos quais R\$ 281,9 bilhões em petróleo e gás natural, R\$ 113,7 bilhões em geração e R\$ 26,6 bilhões

em transmissão de energia elétrica) e R\$ 23 bilhões em equipamentos urbanos e sociais nas áreas de saúde, segurança, creches, pré-escolas e esportes. No Programa Minha Casa, Minha Vida está prevista a construção de 2 milhões de novas habitações, até 2014, envolvendo investimento de R\$ 278,2 bilhões.

Os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão planejados e articulados com vistas a assegurar benefícios permanentes de qualidade de vida para os cidadãos. Com suas sedes localizadas em estados onde moram mais de dois terços da população, a Copa do Mundo servirá de vetor para a entrega à população de centenas de obras de infraestrutura urbana e de logística. Sobre esse último item, chamo a atenção para as nossas diretrizes na área de aviação civil. Temos urgência em ampliar e melhorar nossos aeroportos e beneficiar parcelas cada vez mais amplas da população que passam a ter acesso ao transporte aéreo.

O pré-sal, nosso passaporte para o futuro, é em si mesmo fruto do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Articulado com políticas para o avanço científico e social e acompanhado por medidas de cuidado ambiental, o pré-sal será importante fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

Conforme determina o seu marco regulatório, aprovado em 2010 por este Congresso Nacional, as riquezas produzidas pelo pré-sal serão convertidas, através do Fundo Social, em poupança de longo prazo, de modo a propiciar recursos para o desenvolvimento sustentável. Os recursos oriundos do pré-sal serão canalizados para a qualidade dos serviços públicos, a redução da pobreza e a valorização do meio ambiente. Trabalharei sem descanso para que a principal parcela das riquezas do pré-sal seja investida na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro por um longo período.

A oportunidade que, pela primeira vez, se coloca para o Brasil de se tornar uma nação desenvolvida não pode ser desperdiçada, e aqui eu acrescento: nós não deixaremos que seja desperdiçada.

O nosso governo está comprometido com um projeto de desenvolvimento associado à preservação das reservas naturais e à manutenção da matriz energética mais limpa do mundo. Por meio da Política Nacional de Mudanças Climáticas, aprovada por esta Casa, o Brasil definiu, voluntariamente, uma meta de 36% a 39% de corte das emissões de gases de efeito estufa até 2020, demonstrando que fará sua parte para combater o problema da mudança do clima. Continuaremos, nesse contexto, a incentivar o etanol e o biodiesel e as fontes hídricas, bem como as fontes alternativas como a biomassa, a eólica e a solar.

O crescimento da infraestrutura e da produção industrial e agropecuária ocorrerá em sintonia com a preservação ambiental. Desde 2003, o Brasil reduziu os índices de desmatamento na Amazônia em mais de 75%. Somos uma potência mundial da agroenergia. E ocupamos a vanguarda no combate aos graves efeitos das mudanças climáticas. Continuaremos mostrando ao mundo que é possível associar uma economia dinâmica e um forte crescimento com o respeito ao meio ambiente.

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo. Nossa participação nas forças da ONU – especialmente na Missão para a Estabilização do Haiti – é emblemática do nosso compromisso com a paz e a estabilidade democrática.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao da América do Sul. Se geografia é destino, como se diz na geopolítica, estamos muito felizes com o nosso destino. Juntamente com nossos vizinhos sul-americanos, poderemos transformar nossa região, que vemos como um espaço de paz e crescente cooperação, em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul.

Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas. Nos fóruns multilaterais, defenderemos com vigor políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos e contribuindo para a estabilidade financeira internacional.

Continuaremos defendendo a reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. É natural que um país como o nosso, que busca internamente ser cada vez mais justo, também sustente na esfera internacional a necessidade de democratização das relações entre os Estados nacionais. O desafio de consolidação de um mundo multipolar corresponde, no plano externo, ao projeto, essencialmente brasileiro, de proporcionar a todos o acesso às mesmas oportunidades.

As mudanças virtuosas vividas pelo Brasil formam um ambiente no qual é possível avançarmos ainda mais. E isso será feito a partir do diálogo e da criação de consensos com toda a sociedade brasileira, a partir da criação de consensos com suas entidades representativas, contexto em que se destacam as senhoras e os senhores como representantes eleitos pelo povo brasileiro.

Trabalharemos em conjunto com esta Casa para a retomada da agenda da reforma política. São necessárias... Eu vou até repetir: trabalharemos em conjunto com esta Casa para a retomada da agenda da reforma política. Vocês repetiram também. São necessárias mudanças que fortaleçam o sentido programático dos partidos brasileiros e aperfeiçoem as instituições, permitindo mais transparência ao conjunto da atividade pública.

A reforma tributária também é tema essencial, a fim de que o sistema tributário seja simplificado, racionalizado e modernizado, apontando para uma base de arrecadação mais ampla e com a desoneração de atividades indutoras do crescimento, em especial dos investimentos, assim como dos bens de consumo popular.

Promoveremos a melhoria da qualidade do gasto público, de modo a preservar o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. E isso não se

fará sem grandes esforços e sem a imprescindível colaboração do Congresso Nacional. A qualidade da despesa pública deve representar nosso compromisso com o presente e com o futuro do país, com as atuais e as futuras gerações.

Durante os últimos oito anos, na condição de ministra de Estado das Minas e Energia e, posteriormente, como ministra de Estado chefe da Casa Civil, tive a feliz oportunidade de estabelecer as melhores relações de entendimento e coordenação com o Congresso Nacional. Agora, como Presidenta, quero reiterar minha determinação e desejo de estreitar ainda mais esses laços.

Tendo por meta os superiores interesses do país, que unem a todos os brasileiros, conclamo novamente as senhoras e os senhores a uma parceria em favor do Brasil. Uma parceria em favor da democracia, da erradicação da miséria, do desenvolvimento econômico e social sustentáveis.

Tendo sempre presentes o respeito à autonomia e independência dos Poderes e ao princípio federativo, trabalharemos em consonância com o Legislativo e o Judiciário, bem como com a parceria de governadores e prefeitos, para continuarmos a desenvolver nosso país, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Muito obrigada.

## **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com a delegação brasileira de atletas paraolímpicos**

A seleção, que participou no mês passado do Campeonato Mundial de Atletismo em Christchurch, na Nova Zelândia, ficou com um inédito terceiro lugar, com 30 medalhas conquistadas: 12 de ouro, 10 de prata e 8 de bronze

### **Palácio do Planalto, 02 de fevereiro de 2011**

Eu queria, primeiro, cumprimentar a todos e a todas aqui presentes.

Dirigir uma saudação especial à Terezinha, porque a medalha que ela me deu, vocês não estão vendo aqui, pendurada, mas podem ter certeza que ela está aqui dentro do meu coração. Eu agradeço imensamente à Terezinha e, em nome dela, a todos vocês aqui presentes.

Queria, primeiro, saudar o nosso querido ministro Orlando pelo desempenho que ele tem tido à frente do Ministério do Esporte, cuidando da variedade de esportes e desse espírito que tem o povo brasileiro, que é um grande... um povo com uma capacidade imensa de criação e de criatividade, quando se trata do esporte. E também que tem demonstrado um imenso empenho e que hoje consegue se superar.

Queria cumprimentar a nossa querida ministra da Secretaria de Direitos Humanos,

Cumprimentar, aqui, o secretário nacional dos deficientes físicos, da Secretaria Nacional da Deficiência [Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência]. E queria... O Humberto.

E queria cumprimentar também o Andrew. Ao cumprimentar o Andrew, eu saúdo todos aqueles que são capazes de dedicar a sua vida a um grande desafio. E o esporte paraolímpico, ele é um desafio especial. Por quê? Com o esporte paraolímpico, eu acho que um país demonstra a sua capacidade, primeiro, de integrar todos os brasileiros e brasileiras na sua vida, no seu cotidiano, mas, também, naquela manifestação da atividade humana que dá orgulho a todos os brasileiros.

Vocês podem ter certeza que quando a gente vê vocês correndo, vocês praticando alguma das atividades do atletismo, é um imenso orgulho, mesmo quando a gente não ganha. Mas, quando a gente ganha, é um orgulho especial, é um orgulho que eu acho que cada um de vocês sente, na hora em que vocês sobem ali no pódio e toca o hino. Acho que é um momento em que a gente se comove. E é sobre [por] esse momento que eu queria agradecer a vocês, porque o que vocês demonstram, quando vocês ganham ou na Olimpíada ou na Paraolimpíada, ganham a medalha, é que, com a persistência de cada um é possível, que ganhar é possível.

E aí, no esporte paraolímpico, eu acredito que tenha ainda uma superação maior, que é um exemplo para toda a sociedade brasileira, de reconhecer a capacidade de

cada um de vocês, mas, sobretudo, de todas aquelas crianças, jovens, adultos que, por um motivo ou por outro, têm alguma deficiência, e provar que essa pessoa tem todas as condições de se integrar à sociedade e de ter sua oportunidade, desde que haja essa ação conjunta, esforços coletivos, no sentido de viabilizar a situação tanto da competição quanto da formação profissional.

E, aí, eu queria dizer que o governo tem interesse imenso na promoção do esporte paraolímpico, um interesse imenso, porque é a forma mais positiva de evidenciar que qualquer preconceito cai por terra quando se vê a Terezinha ganhando as suas medalhas. Quando se vê cada um de vocês com uma medalha no peito, mostra para uma criança que é possível a superação, é possível a vitória e que cada um constrói e cria seu espaço, desde que a sociedade o ajude, desde que o Estado, também, cumpra seu papel.

Daí porque eu considero muito importante a Bolsa Atleta. Porque, sem a Bolsa Atleta... E também queria saudar a parceria da Caixa. Acho que a Caixa, com isso, demonstra uma dimensão humana, social e cidadã muito grande. Mas o Bolsa Atleta, também, ele se articula no sentido de garantir ao atleta, à atleta uma oportunidade concreta de treinar e se preparar no seu específico esporte, na sua, vamos dizer, na sua linha, seja fundista, seja maratonista, seja ele, que fazia lançamento, enfim, em qualquer das áreas, mas, sobretudo, no atletismo, porque o atletismo é uma coisa que, no Brasil, nós temos dificuldade até no esporte olímpico, e aí vocês chegam e conquistam o terceiro lugar, na frente de todos os grandes países, só tendo os dois maiores competidores na nossa frente. É um orgulho para o Brasil, e é um orgulho que vocês dão a cada um dos deficientes deste país, mas também a cada um dos cidadãos deste país. É um orgulho de perceber que vocês foram lá, foram capazes, conquistaram e trouxeram para nós esse prêmio.

Por isso, eu fico muito feliz de recebê-los. Por isso, eu fico muito feliz de estar aqui com cada um, cada um de vocês, cada uma de vocês. E acho que eu devo a vocês um agradecimento.

O Andrew me agradeceu. Mas eu acho que o grande agradecimento, Andrew, que nós temos de fazer é aos atletas aqui presentes, que demonstram, junto com os seus treinadores, junto com toda a equipe que deu sustentação, que demonstram que um trabalho conjunto de equipe pode fazer com que nós cheguemos lá, e isso vale para todo o Brasil.

É a mesma coisa dentro de um governo, é a mesma coisa dentro de uma empresa. Mas é muito bonito quando a gente vê isso ocorrendo com os jovens aqui presentes e, sobretudo, quando a gente vê que vocês foram capazes de superar todas as barreiras e os obstáculos, chegar lá e conquistar 30 medalhas, sendo que a maioria é de ouro, 12 são de ouro, então, isso é um imenso orgulho, dez são de prata e oito de bronze.

Eu fiquei muito feliz de recebê-los. Acredito que a imprensa vai dar uma cobertura adequada a esse fato, a vocês aqui presentes, e levar isso para... como uma grande mensagem de esperança, de otimismo e, sobretudo, de capacidade de luta, para o conjunto do nosso povo.

Muito obrigada a cada um de vocês. Muito obrigada ao Andrew, à Caixa, ao Ministério do Esporte. Acho que a ministra Maria do Rosário aqui, hoje, tem um dos melhores exemplos do que é o combate contra qualquer discriminação na área da nossa população com deficiência física. Então, eu queria agradecer a cada um e a todos.

Um abraço. E vocês me desculpem a recepção mais rápida. Eu gostaria muito de tirar foto com vocês, mas hoje eu entrego a Mensagem ao Congresso. E é por isso que eu vou fazer uma foto geral. Eu queria tirar com cada um, mas vou ter de fazer uma foto geral, porque eu vou ter de chegar lá até as quatro. Agradeço a vocês. É do outro lado da Praça, mas leva um tempo. Um beijo.

## **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na solenidade de anúncio de medicamentos gratuitos para hipertensão e diabetes no programa “Aqui tem Farmácia Popular”**

Com essa medida o governo federal espera beneficiar mensalmente quase 960 mil hipertensos e diabéticos cadastrados no Programa

**Palácio do Planalto, 03 de fevereiro de 2011**

Boa tarde a todos presentes.

Queria cumprimentar o querido vice-presidente da República, Michel Temer,

O ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci,

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em nome de quem eu cumprimento todos os ministros de Estado aqui presentes,

Queria cumprimentar os senhores governadores: Agnelo Queiroz, do Distrito Federal; Capiberipe, do Amapá;

Queria cumprimentar também o senador Romero Jucá, líder do governo no Senado,

Deputado Cândido Vaccarezza, líder do governo na Câmara dos Deputados, por meio dos quais eu saúdo todos os deputados federais, deputadas federais, senadores e senadoras aqui presentes,

Queria também cumprimentar os integrantes - senhoras e senhores - do Conselho Nacional de Saúde,

O senhor Paulo Ernani Gadelha, presidente da Fiocruz, por meio de quem eu vou cumprimentar todos os representantes das entidades signatárias,

Queria cumprimentar a senhora Adelina Pereira do Amaral, representante dos beneficiários do Programa,

A senhora Cleíza Martins Gonçalves, representante da Farmácia Popular de número 15 mil,

Queria cumprimentar os empresários do varejo e todos aqueles que deram a sua contribuição, todos os empresários que deram a sua contribuição para que a gente possa colocar em prática esse Programa.

E gostaria muito de dizer para vocês que esse foi um compromisso que eu assumi durante a campanha, e que tinha por objetivo universalizar o fornecimento de remédios tanto para hipertensão quanto para diabetes. Por que isso? Porque essas

duas doenças, elas prejudicam cada vez mais a saúde de homens e mulheres no nosso país, tanto a hipertensão quanto a diabetes.

Em 2009, para a gente ter uma ideia, elas juntas foram responsáveis por 34% do total de óbitos no Brasil. Cerca de 33 milhões de brasileiras e de brasileiros são hipertensos, metade da população com mais de 55 anos tem essa doença. Sem dúvida nenhuma, esse seria por si só um quadro preocupante, mas, além disso, nós sabemos que a hipertensão não tratada ela está na origem de 40% das mortes por derrame cerebral. E um dado deve chamar especialmente a nossa atenção: que cerca de 30% da população adulta nem sabe que possui ou diabetes ou hipertensão.

Por isso, diante desse enorme desafio, o Sistema Único de Saúde, ele tem uma enorme pressão... na medida em que ele fornecia esses medicamentos de forma gratuita, ele... sobre ele recaía uma enorme pressão, porque a pessoa precisava entrar no Sistema de Saúde, no SUS, obter uma receita e aí tirar seu remédio de forma gratuita. Daí porque colocar nas farmácias – no “Aqui tem Farmácia Popular” –, nas 15 mil farmácias e tornar esses medicamentos gratuitos, além de ser uma questão que diz respeito à distribuição de renda no nosso país, diz respeito também a descongestionar o SUS, transferindo para essa rede privada a demanda por remédios.

O ponto importante da minha preocupação com essas duas doenças é que elas são perfeitamente controláveis se forem tratadas e, portanto, os portadores de diabetes e de hipertensão, eles podem levar uma vida normal e ativa, obviamente se adotarem também, além dos remédios, uma vida saudável, a prática de esportes como o Ministro receitou aqui. Mas, de qualquer jeito, sendo diagnosticadas, essas pessoas, devidamente medicadas, elas têm uma vida normal, e a condição para isso é que o tratamento não seja interrompido.

Por isso, durante a minha campanha e agora, nesse primeiro mês de governo, eu decidi que é um dever do Estado brasileiro proporcionar a todos as condições de acesso regular e seguro aos medicamentos requeridos. Nós não temos condição de garantir isso para todos os medicamentos, mas temos condição de garantir os medicamentos dessas doenças que têm... que atingem uma grande camada da população, com remédios para hipertensão e diabetes.

Hoje, no momento em que o meu governo completa, então, um mês, eu tenho a satisfação de honrar esse compromisso que eu assumi. A partir de agora, esses medicamentos, necessários para o tratamento, eles vão estar, então, no SUS – na rede SUS –, mas, sobretudo, nas 15 mil farmácias do “Aqui Tem Farmácia Popular” e nas redes de farmácias do governo chamadas Farmácias Populares, que são diferentes das farmácias privadas, que são aquelas que têm, justamente, esse signo do “Aqui Tem Farmácia Popular”.

Essa medida vai garantir que as pessoas inclusive tenham uma facilidade de acesso que antes era – como eu disse no início – mais difícil, porque ela tinha de acessar primeiro o SUS para depois obter o remédio. Só há uma exigência, que é muito importante: a pessoa deve apresentar receita médica. Por que? Apesar de ser gratuito, é muito importante, e eu acho que o Ministro deixou isso claro, que, apesar

de ser gratuito, nós vamos controlar o fornecimento do medicamento, seja através das receitas médicas, seja também assegurando que o destino dos remédios de hipertensão e diabetes vá para os pacientes, e não para qualquer outro uso indevido desses remédios. Daí porque também nós aprimoramos a fiscalização, as auditorias e a transparência.

Eu acredito que o SUS é uma estrutura ainda incompleta, com falhas, que nós temos a obrigação de sanar, até porque, apesar das suas limitações, o nosso SUS é uma conquista inestimável da democracia brasileira, um sistema solidário e universal, fruto da Constituinte no ciclo da nossa redemocratização dos anos 80. Então, esta medida tem de ser vista também com um reforço ao Sistema Único de Saúde.

Hoje nós temos uma estrutura integrada e descentralizada, passado tantos anos do processo da redemocratização e da Constituinte, que se distingue pela mais ampla cobertura, abrangendo desde simples procedimentos até procedimentos mais complexos. E eu acredito que nós temos – e ao longo do meu governo eu pretendo, sistematicamente, lançar aqui medidas para o fortalecimento e intensificação desse Sistema Único de Saúde, que é uma conquista nossa. Daí porque também eu queria saudar o fato de que, neste ano, nós faremos a 14ª Conferência Nacional de Saúde, com a participação de delegados e delegadas eleitos em um amplo processo de debate, realizado em todos os entes federativos. Faz parte desse fortalecimento, da participação social e federativa dentro do Sistema Único de Saúde.

E como eu já disse, nos próximos meses, várias dessas discussões vão estar sendo expressas aqui através de medidas que eu encaminharei para melhorar a qualidade, tanto do acesso como do atendimento do Sistema Único de Saúde.

Queria dizer a todos vocês que os medicamentos são o item que mais pesa no bolso das famílias menos favorecidas. Doze por cento da renda da população mais pobre é gasta com remédios, enquanto que para as faixas de maior poder aquisitivo, essa despesa não pesa mais do que 2%. Por isso, o meu compromisso com a erradicação da miséria tem, nesse programa “Saúde Não Tem Preço”, uma das suas expressões. Ele é, também, uma forma pela qual nós estamos dando mais um passo no sentido da erradicação da miséria no nosso país.

Nós estamos assegurando que não haja diferença entre ricos e pobres no que se refere àqueles que precisam do medicamento. Por isso o nome do Programa é muito bom, é um programa que se chama “Saúde Não Tem Preço”, até porque nós vamos concentrar nossos esforços para impedir que o ônus da diferença de renda ou de uma renda menor coloque em risco portadores de doenças para as quais a Medicina já tem tratamento seguro e garantido, como a hipertensão e a diabetes.

Talvez seja na saúde que a questão da diferença de renda tenha a expressão mais perversa, tratando de forma desigual pobres e ricos. O dia de hoje, portanto, inaugura, no meu governo, a total gratuidade para o tratamento dessas duas enfermidades, e é um marco dos nossos compromissos em relação à saúde do povo brasileiro.

Agora, eu queria fazer um reconhecimento: é porque também o governo do presidente Lula, o governo que me antecedeu, foi capaz de criar um programa como o “Aqui Tem Farmácia Popular” que colocou, como uma oferta concreta para milhões de brasileiros, medicamentos com uma redução de 90%, que mais este passo pode ser dado. Então, ele complementa esse círculo que nós começamos em – se eu não me engano – 2006, com o “Aqui tem Farmácia Popular”, de ampliar a rede para que as pessoas tivessem facilidade, com um preço o menor possível, de acessar a rede. Agora elas têm o acesso gratuito e isso é importante justamente para aquelas pessoas que têm menor renda no Brasil. Mas todos serão beneficiados por esse Programa, daí porque “Saúde Não Tem Preço”.

Muito obrigada.

## **Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV**

A Presidenta falou sobre a volta às aulas e a Educação no Brasil

**Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2011**

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Nossos jovens estão de volta às aulas. A abertura do ano escolar é sempre uma festa de alegria, de fé e de esperança. É com esse sentimento que saúdo os estudantes, seus pais e, muito especialmente, todos os professores brasileiros.

Estou aqui para reafirmar o meu compromisso com a melhoria da educação e convocar todos os brasileiros e brasileiras para lutarmos juntos por uma educação de qualidade. Vivemos um momento especial de nossa história. O Brasil se eleva, com vigor, a um novo patamar de nação. Temos, portanto, as condições e uma imensa necessidade de darmos um grande salto na qualidade do nosso ensino. Um desafio que só será vencido se governo e sociedade se unirem de fato nesta luta, com toda a força, coragem e convicção.

Nenhuma área pode unir melhor a sociedade que a Educação. Nenhuma ferramenta é mais decisiva do que ela para superarmos a pobreza e a miséria. Nenhum espaço pode realizar melhor o presente e projetar com mais esperança o futuro do que uma sala de aula bem equipada, onde professores possam ensinar bem, e alunos possam aprender cada vez melhor. É neste caminho que temos que seguir avançando com passos largos.

É hora de investir ainda mais na formação e remuneração de professores, de ampliar o número de creches e pré-escolas em todo o país, de criar condições de estudo e permanência na escola, para superar a evasão e a repetência. E, muito especialmente, acabar com essa trágica ilusão de ver aluno passar de ano sem aprender quase nada.

É hora de fazer mais escolas técnicas, de ampliar os cursos profissionalizantes, de melhorar o ensino médio, as universidades e aprimorar os centros científicos e tecnológicos de nível superior. É hora de acelerar a inclusão digital, pois a juventude brasileira precisa incorporar, ainda mais rapidamente, os novos modos de pensar, informar e produzir que hoje se espalham por todo o Planeta. Em suma, esta é a grande hora da Educação brasileira. Isso só será possível se cada pai, cada aluno, cada professor, cada prefeito, cada governador, cada empresário, cada trabalhador tomar para si a tarefa de acompanhar, discutir, cobrar, propor e construir novos caminhos para a nossa Educação. Como Presidenta, como mãe e avó, darei tudo de mim para liderar esse grande movimento.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Pouco mais de um mês depois de assumir a Presidência, tenho algumas coisas a anunciar na Educação. Vamos lançar, ainda neste trimestre, o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica, o Pronatec, que, entre outras vantagens, levará ao ensino técnico a bem-sucedida experiência do ProUni.

Estamos também acelerando a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, não só para que todas as escolas públicas tenham acesso à internet como, também, para que, no médio e longo prazos, a população pobre possa ter internet em sua casa ou no seu pequeno negócio a preço compatível com sua renda.

Informo, também, que o governo está tomando medidas para corrigir e evitar falhas no Enem e no Sisu, pois é fundamental aperfeiçoar e aumentar a credibilidade destes instrumentos, que são muito importantes na avaliação do aluno e da escola e, portanto, na melhoria da qualidade do ensino.

Para concluir, reafirmo que a luta mais obstinada do meu governo será o combate à miséria. Isso significa fortalecer a economia, ampliar o emprego e aperfeiçoar as políticas sociais. Isso significa, em especial, melhorar a qualidade do ensino, pois ninguém sai da pobreza se não tiver acesso a uma educação gratuita, contínua e de qualidade. Nenhum país, igualmente, poderá se desenvolver sem educar bem os seus jovens e capacitá-los plenamente para o emprego e para as novas necessidades criadas pela sociedade do conhecimento.

País rico é país sem pobreza. Este será o lema de arrancada do meu governo. Ele está aí para alertar permanentemente a nós, do governo, e a todos os setores da sociedade, que só realizaremos o destino de grandeza do Brasil quando acabarmos com a miséria.

Sem dúvida, essa é uma tarefa para toda uma geração. Mas nós temos determinação para realizar a parte importante que falta, para que a única fome neste país seja a fome do saber, a fome de grandeza, a fome de solidariedade e de igualdade. E para que todos os brasileiros possam fazer da educação a grande ferramenta de construção do seu sonho.

Muito obrigada e boa noite.

## **Palavras da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da reunião do PAC Mobilidade Urbana nas Grandes Cidades**

O encontro aconteceu no Palácio do Planalto

### **Palácio do Planalto, 16 de fevereiro de 2011**

Bom, eu queria iniciar cumprimentando, aqui, todos os governadores, todos os prefeitos,

Cumprimentar também os nossos parlamentares, hoje, que nos prestigiam – senadores, senadoras, deputados e deputadas,

Queria também cumprimentar os secretários dos estados, as secretárias, e também os secretários e as secretárias dos municípios, e os demais funcionários aqui presentes, que vão participar desta reunião de trabalho.

Esta é uma reunião – é a primeira reunião – é uma reunião preparatória da seleção dos projetos. O objetivo é dar os critérios para que os senhores consigam definir como é que vocês vão participar do PAC 2 – Mobilidade Social e Urbana.

É um PAC para as grandes cidades, e ele tem por objetivo assegurar a mobilidade urbana e também assegurar que as pessoas possam transitar, principalmente tendo em vista e considerando que um dos maiores problemas que nós temos no Brasil é o problema das cidades, principalmente das grandes cidades, aí entendido as grandes regiões metropolitanas do país.

Então, essa parcela do PAC que a gente chama de PAC 2, que é a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento, ela tem um total de R\$ 18 bilhões [até 2014], e nessa primeira seleção nós vamos começar a fazer... Nós fizemos uma primeira seleção do PAC 2 no ano passado para poder garantir que tivesse projeto este ano, e agora nós vamos tornar a fazer uma seleção dessa parcela. Nós já selecionamos, ou estamos em processo de seleção, 29,4 bilhões, mas não é para essa parte do PAC. É basicamente... foi para UPA, para creche, para pré-escola, quadras, praças, saneamento, drenagem, habitação, encostas, pavimentação, equipamentos. E agora nós vamos fazer a seleção Mobilidade, item Grandes Cidades.

Por isso aqui estão, basicamente, região metropolitana, os estados e as grandes capitais. Aliás, estão todas as capitais. Nós selecionamos 24 [capitais].

\_\_\_\_\_ : Maiores que 800 mil.

Presidenta: É. Bom, a seleção, ela vai ocorrer em uma única etapa. Nós pretendemos que essa seleção – e depois a Miriam vai explicar isso melhor – essa seleção contemple o quê? Nós não temos muito dinheiro, são 18 bilhões [até 2014]. A gente sabe perfeitamente que uma obra urbana, ela concentra uma quantidade de recursos muito grande, dependendo da sua extensão. E mesmo em trechos curtos,

se for densamente povoado, você tem uma inversão necessariamente muito grande para conseguir um resultado de melhoria da região urbana.

Nós vamos priorizar – eu queria, basicamente, focar nisso – primeiro, áreas de grande densidade populacional. Posto que a gente não tem todo o dinheiro que seria interessante que nós tivéssemos – nós temos 18 bilhões [até 2014] – nós vamos dar prioridade para uma coisa: vamos priorizar a população que habita nas grandes cidades, por conta da concentração. Vai ser um investimento que vai ter maior impacto social. Nesse sentido, é um PAC que contempla também a mobilização social urbana, não é?

A segunda questão é que nós vamos priorizar transporte coletivo de massa. A terceira é que nós não faremos intervenções isoladas. Se for possível, quanto mais a obra tiver a ver com um maior conjunto populacional, melhor é a obra. Esse vai ser um critério. Por isso, a gente não privilegia pavimentação isolada. Por que isso? Porque, dentro do que a gente concebeu como investimento na área urbana, quanto mais a gente puder – o governo federal – participar com os municípios e com os estados, dar a nossa contribuição para que haja obra estruturante, considerando que tem umas que vocês não fariam se a gente não conseguisse ajudar, e dentro de uma visão de parceria estado, município e União, a nossa participação vai ser dar uma quantidade de recursos substantivos.

Então, nós vamos preferir, em vez de fazer investimentos pulverizados, concentrar em algumas obras que façam a diferença nas regiões dos senhores. A gente participar com a nossa parte; obviamente, os senhores com a parte dos senhores, mas que a gente possa potencializar os recursos e fazer o melhor para cada grande região.

Eu acho também que, da experiência anterior, é importante que haja um cuidado no sentido da qualidade dos projetos. Quanto maior a qualidade do projeto, mais definida a qualidade do projeto, vai ser mais fácil para os senhores quantificarem a obra, mais fácil para nós fiscalizarmos o emprego do recurso, mas, sobretudo, melhor para a população, porque nós vamos ter conseguido juntar e somar vários esforços no sentido de resolver um problema bastante difícil.

As cidades, nós dividimos em três níveis: acima de três bilhões... aliás, três milhões em áreas metropolitanas, de população de três milhões de pessoas; entre um e meio – é um e meio, não é? Um e três – e... não, acima de um e três... Me dá aí... os valores. Ficou acima de três milhões, obviamente municípios com mais de três. Depois, entre um e três milhões; e depois acima de 700 mil. Acima de três milhões, nós estamos alocando um valor em torno de 2,4 bilhões. Não, não, meu querido, isso é o limite da proposta. Nós estamos alocando um limite de proposta – só um pouquinho – de 2,4 bilhões. Vamos supor: o município e a região metropolitana têm três milhões de pessoas; pode fazer uma proposta. Nós iremos olhar uma proposta de um valor até 2,4 bilhões, mas não pode ser zero, não é? Então, é de 2,4 bilhões, é uma referência de valor. Pode ser 2,6; 2,3; 2,2 – é uma referência. Entre um e três milhões, em torno de 430, um valor de referência; e de 700 mil a um milhão, em torno de 280 milhões.

A ideia, a ideia é que essas obras sejam significativas e, portanto, se houver alguma obra que fuja desses parâmetros de referência, é passível de discussão e de negociação. O que nós estamos indicando é um valor de referência, não é uma coisa exata. É valor de referência. Vamos supor que esteja para se enquadrar, se for significativa e tiver justificativa, ninguém é inflexível de não levar em consideração. Mas a gente dá esses indicadores para que possa ter um maior número de cidades e regiões sendo contempladas. E, obviamente, a qualidade das propostas vai ser muito observada.

Eu sei que tem vários locais pleiteando – não são muitos, mas – pleiteando metrô. Eu vou destacar para os senhores que nós não iremos fazer metrô em regiões que não sejam densamente povoadas. Por quê? Não é que os municípios menores não mereçam metrô, todo mundo merece e pode ter seu metrô. O que nós não temos é dinheiro suficiente para fazer metrô para todo mundo. Então, como é uma obra das mais caras, para se ter metrô tem de ter concentração populacional elevada. Primeiro, para beneficiar a população e, segundo, porque problema urbano seriíssimo no Brasil existe em algumas grandes cidades. Ou a gente resolve e ajuda a resolver esses problemas gravíssimos, ou a gente está faltando com o papel que a União tem de ter em relação aos estados e municípios.

Obviamente, outras alternativas na mobilidade urbana são válidas. Nós consideramos muito importante o BRT, consideramos... em alguns casos cabe o monorail, em outros casos cabem outras soluções. Todas as soluções serão consideradas. Agora, alertamos para que o município individual que não tem uma população elevada não proponha metrô, porque ele está perdendo a oportunidade de ter um investimento em mobilidade urbana. Um município grande ou uma conjunção de municípios que tem uma população significativa é a típica característica para metrô.

Nós iremos dar... vamos privilegiar, para conceder financiamento para metrô, quem assumir, quem assumir – esse é um ponto fundamental – quem assumir a gestão. Junto com o financiamento vai a gestão. Porque não pode ser, não é factível que a União assuma a gestão de metrô. Ela financia metrô, mas ela não assumirá a gestão do metrô. É importante para os senhores porque os senhores passam a ter condições de avaliar – vamos dizer assim – como é que os diferentes tipos de transporte urbano de massa se combinam.

Eu vou insistir que esta é uma reunião completamente preliminar, é para dar as orientações. A gente, inclusive, vai dar um espaço grande aqui para o pessoal que é da área técnica das prefeituras para fazer uma discussão com a nossa área técnica, do Planejamento... dos ministérios das Cidades e do Planejamento, dentro do espírito do PAC, que todos os senhores que já participaram do PAC conhecem, que é um espírito republicano de parceria com estados e municípios, de respeito à autonomia dos estados e dos municípios. Eu tenho certeza de que tanto nós, governo federal, quanto os estados e os municípios aprenderam muito, nesse processo, com o que nós fizemos antes.

Eu espero que esta fase do PAC seja melhor que a fase anterior, quando a gente não tinha ainda todo o treinamento na arte de fazer projeto, de licenciar o projeto, de

ter projeto básico, projeto executivo e de ter condições... Por isso que nós estamos falando... fazendo esta reunião, porque ela é para preparar, para dar tempo para os senhores. Façam seus projetos – e eu acredito que muita gente já tenha – completem o que falta e passem para a gente. E a gente vai fazer, mais uma vez, uma parceria em comum. Eu tenho certeza... eu estou vendo aqui tantas pessoas com as quais nós trabalhamos ao longo dos últimos anos, no governo do presidente Lula, e estou vendo caras novas. Eu tenho certeza de que nós vamos ter uma parceria tão boa quanto tivemos antes. E agora nós temos dois ministros, que eu tenho certeza de que vão fazer a diferença: um, o ministro Mário Negromonte, das Cidades; e outra, a ministra Miriam, do Planejamento. E agora, como uma pessoa muito importante para vocês consultarem, reclamarem, falarem o que vocês pensam, está aqui o ministro das Relações Institucionais, nosso querido Luiz Sérgio.

Então, agradeço a vocês, desejo um bom trabalho e muita discussão. Os ministros vão ficar à disposição e depois, a parte técnica, vocês farão como acham que devem fazer.

Muito obrigada a todos.

## **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do seminário de implantação dos Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas**

O seminário dá início à implantação de Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas (CRR) em 49 universidades federais que propiciam a capacitação de profissionais de saúde e de assistência social que atendem usuários de drogas e suas famílias

**Palácio do Planalto, 17 de fevereiro de 2011**

Eu queria cumprimentar todos os presentes, e iniciar cumprimentando os ministros de Estado: ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça; ministro Fernando Haddad, da Educação; ministro Alexandre Padilha, da Saúde,

Cumprimentar também o nosso querido presidente da Andifes, Edward Madureira, em nome de quem eu cumprimento todos os reitores e as reitoras aqui presentes,

Cumprimentar também a secretária nacional Antidrogas, a Paulina, que eu tenho muito orgulho de ter convidado para integrar o governo,

Ao cumprimentá-la, eu queria estender o cumprimento a todos os funcionários específicos da área de drogas aqui presentes,

Cumprimentar todos os professores e professoras,

E, dizer que eu agradeço profundamente a presença de vocês, mas eu agradeço, sobretudo, o engajamento de vocês nessa luta, que é uma luta fundamental no Brasil. Acredito que o tamanho da luta requer também pessoas muito capacitadas para enfrentar o problema. E, sem dúvida, nós temos um quadro extremamente preocupante no que se refere à questão da droga, da criminalidade, da violência e a nossa juventude.

Esse é um quadro que nenhum de nós aqui – tanto nós, do governo, como todos aqueles que integram governos estaduais ou municipais, mas também os senhores professores, as senhoras professoras, integrantes da sociedade civil – pode se tornar indiferente a ele. O meu governo vai dar um combate sistemático à questão do crack. Eu tenho um compromisso com o povo do meu país, de levar uma luta sem quartel ao crack, principalmente porque, devido a características da nossa juventude, nós sabemos que essa é uma droga que tem uma capacidade de propagação muito elevada. Primeiro, por ser barata; segundo, por ser extremamente danosa; e, terceiro, pelo fato de que ela contribui para uma desagregação da personalidade, mas também dos vínculos sociais. E isso, para um país como o nosso, ter sua juventude vulnerabilizada pela droga é algo que compromete o próprio sentido de nação que nós devemos ter. Daí porque eu fico muito feliz pelo fato de os senhores estarem integrando a linha de frente desse combate. Nós precisamos formar profissionais. Nós sabemos que essa é uma droga que ela

também apresenta o desafio de não ter – e não é só no Brasil –, não ter, no plano mundial, um acervo de conhecimentos e um acúmulo de metodologias para o tratamento. Isso faz com que a iniciativa dos Centros Regionais de Referência seja uma iniciativa pioneira, e a participação dos senhores, estratégica, para o país e para a nossa juventude.

Eu estava aqui, há pouco, comentando com o ministro Fernando Haddad a importância cada vez maior que a universidade federal, a universidade estadual, a universidade municipal adquirem na sociedade brasileira. A valorização que, no governo do presidente Lula, foi dada às universidades federais, eu acho que contribui também para essa devolução que eu acho que os senhores podem fazer com [para] a sociedade brasileira. Não só nessa área, em várias áreas. Mas, nessa área, especificamente, eu acho importantíssimo que sejam 46 instituições com 49 projetos, que dão início à capacitação de mais de 14 mil profissionais que vão atuar nessa área.

Nós sabemos que, nesses três eixos, a que o Ministro se referiu... o Ministro da Justiça, o Ministro da Saúde, que é o eixo da prevenção, através do qual nós precisamos impedir que mais pessoas, mais crianças, mais jovens sejam vítimas do crack – o eixo da assistência, do apoio, do tratamento, do carinho –, em que nós temos de intervir para que elas tenham tratamento, e aí, sem sombra de dúvida, é necessário o tratamento especializado, sim, para o crack. É necessária comunidade terapêutica, clínica especializada, enfermagem especializada em hospital geral, mas também são necessárias políticas de inserção, de reinserção. E, acho que é fundamental a gente perceber que tudo isso também passa por um processo de combate ao crime organizado, através do controle de fronteiras, da... eu diria, o reforço ainda maior da Polícia Federal no combate à criminalidade e às drogas. No combate sem quartel às drogas, tanto na entrada delas, que se dá nas fronteiras do Brasil, quanto também na distribuição... nas estruturas de distribuição ligadas ao crime organizado.

E aí, eu acredito que vocês estão num lugar privilegiado, que é o lugar que estrutura as condições de enfrentamento da droga. Compreendê-la, entender os seus mecanismos, ser capaz de incorporar todas as variáveis dos diferentes saberes a esse projeto vai ser uma das armas mais fortes que nós vamos ter nesse enfrentamento. Junto com a Polícia Federal nas áreas de fronteira, com o próprio Exército, com as Forças Armadas, o saber talvez seja uma das condições privilegiadas através das quais nós podemos decifrar as drogas, porque aí junta com o seu... Você fez um desafio, não é? Eu acho que tem outro aqui, outro desafio que é o “decifra-me ou devoro-te”, e aqui nós vamos... nós vamos... nós, vocês aí, no caso, são os decifradores. Espero que vocês decifrem para que a gente possa, em termos sociais, devorar esse processo, metabolizar, expelir e controlá-lo na nossa sociedade.

Fico muito feliz de receber vocês aqui. Acho que as universidades federais do Brasil, elas têm esse papel nesse programa, que foi até lançado pelo presidente Lula no ano passado, e que nós vamos continuar a aprofundar e fazer avançar ainda mais.

Mas, eu queria aproveitar o momento também para reiterar meu compromisso com a continuidade da valorização do ensino superior no Brasil, sobretudo a valorização

dos professores e das professoras do nosso país. Eu tenho perfeita clareza da importância estratégica para o Brasil, para a formação da nossa própria alma como nação, dos senhores e das senhoras aqui presentes.

Por isso, mais uma vez eu agradeço e quero dizer que esse é um momento, assim, que eu tenho muito prazer de ser Presidenta do Brasil.

Obrigada.

## **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de comemoração dos 90 anos de fundação da Folha de S. Paulo**

Na programação, na Sala São Paulo, foi veiculado documentário sobre a trajetória do jornal, seguido de concerto da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp) e de um ato multirreligioso com representantes de oito religiões

**São Paulo-SP, 21 de fevereiro de 2011**

Eu queria desejar boa noite a todos os presentes,

Cumprimentar o senhor Michel Temer, vice-presidente da República,

O nosso governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e a senhora Lu Alckmin,

Queria cumprimentar o senador José Sarney, presidente do Senado,

Queria também cumprimentar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso,

Cumprimentar o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia,

O ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal, por meio de quem cumprimento os demais ministros do Supremo presentes a esta cerimônia,

Queria cumprimentar a família Frias, o Luís, o Otávio, a Maria Cristina,

E queria cumprimentar também o senhor José Serra, ex-governador do estado,

Dirijo um cumprimento especial também aos governadores aqui presentes,

E também aos ministros de Estado que me acompanham nesta cerimônia,

Cumprimento o senhor Barros Munhoz, presidente da Assembleia Legislativa do estado,

Queria cumprimentar também todos os senadores, deputados e senadoras, deputados e deputadas federais, deputados e deputadas estaduais,

Queria cumprimentar o senhor Paulo Skaf, presidente da Fiesp,

Dirigir um cumprimento especial aos representantes das diferentes religiões que estiveram neste palco,

Dirigir também um cumprimento a todos os funcionários do Grupo Folha,

Queria cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas, e todos aqueles que contribuem para que a Folha seja diariamente levada até nós.

Eu estou aqui representando a Presidência da República, estou aqui como presidente da República. E tenho certeza de que cada um de nós percebe, hoje, que o Brasil é um país em desenvolvimento econômico acelerado, que aspira ser, ao mesmo tempo, um país justo, uma nação justa, sem pobreza e com cada vez menos desigualdades.

Para todos nós isso não é concebível sem democracia. Uma democracia viva, construída com o esforço de cada um de nós, e construída ao longo desses anos por todos aqui presentes, que cresce e se consolida a cada dia. É uma democracia ainda jovem, mas nem por isso mais valorosa e valiosa.

A nossa democracia, ela se fortalece por meio de práticas diárias, como os diferentes processos eleitorais, as discussões que a sociedade trava e que leva até suas representações políticas e, sobretudo, pela atividade da liberdade de opinião e de expressão. E, obviamente, uma liberdade que se alicerça, também, na liberdade de crítica, o direito de se expressar e se manifestar de acordo com as suas convicções.

Nós, quando saímos da ditadura, em 1988, consagramos a liberdade de imprensa e rompemos com aquele passado que vedava manifestações e que tornou a censura o pilar de uma atividade que afetou profundamente a imprensa brasileira.

A multiplicidade de pontos de vista, a abordagem investigativa e sem preconceitos dos grandes temas de interesse nacional constituem requisitos indispensáveis para o pleno usufruto da democracia, mesmo quando são irritantes, mesmo quando nos afetam, mesmo quando nos atingem. O amadurecimento da consciência cívica da nossa sociedade faz com que nós tenhamos a obrigação de conviver de forma civilizada com as diferenças de opinião, de crença e de propostas.

Ao comemorar o aniversário de 90 anos da Folha de S. Paulo, este grande jornal brasileiro, o que estamos celebrando também é a existência da liberdade de imprensa no Brasil.

Sabemos que nem sempre foi assim. A censura obrigou o primeiro jornal brasileiro a ser impresso em Londres, a partir de 1808. Nestes 188 anos de independência, é necessário reconhecer que na maior parte do tempo a imprensa brasileira viveu sob algum tipo de censura.

De Libero Badaró a Wladimir Herzog, ser um jornalista no Brasil tem sido um ato de coragem. É esta coragem que aplaudo hoje no aniversário da Folha.

Uma imprensa livre, plural e investigativa, ela é imprescindível para a democracia em um país como o nosso que, além de ser um país continental, é um país que congrega diferenças culturais, apesar da nossa unidade.

Um governo deve saber conviver com as críticas dos jornais, para ter um compromisso real com a democracia, porque a democracia exige, sobretudo, esse

contraditório e, repito mais uma vez, o convívio civilizado com a multiplicidade de opiniões, crenças, aspirações.

Este evento é também uma homenagem à obra e ao legado de um grande empresário, um homem que é referência para toda a imprensa brasileira. Octávio Frias de Oliveira foi um exemplo de jornalismo dinâmico e inovador. Trabalhador desde os 14 anos de idade, Octávio Frias transformou a Folha de S. Paulo em um dos jornais mais importantes do nosso país e foi responsável por revolucionar a forma de se fazer jornalismo no nosso Brasil.

Soube, por exemplo, levar o seu jornal a ocupar espaços decisivos em momentos marcantes da nossa história, como foi o caso da campanha das “Diretas Já!”. Soube também promover uma série de inovações tecnológicas, tanto nas versões impressas dos seus jornais, como nas novas fronteiras digitais da internet.

Reafirmo, nesta homenagem aos 90 anos da Folha de S. Paulo, meu compromisso inabalável com a garantia plena das liberdades democráticas, entre elas a liberdade de imprensa e de opinião.

Sei que o jornalismo impresso atravessa um momento especial na sua história. A revolução tecnológica proporcionada pela internet modificou para sempre os hábitos dos leitores e, principalmente, a relação desses leitores com seus jornais. Como oferecer um produto que acompanhe a velocidade tecnológica e não perca a sua profundidade? Como aceitar as críticas dos leitores e torná-las um ativo do jornal?

Sei que as senhoras e os senhores conhecem a dimensão do desafio que enfrentam. E que, com a mesma dedicação com que enfrentaram a censura, irão encontrar a resposta para esse novo desafio. E desejo a vocês o que, nesse caminho, sintetiza melhor o sucesso: que dentro de 90 anos a Folha continue sendo tão importante como agora para se entender o Brasil.

É nesse espírito que parabenizo a Folha pelos seus 90 anos. Parabenizo cada um daqueles que contribuem e daquelas que contribuem para que ela chegue à luz, a todos esses profissionais que lhe dedicam diariamente o melhor do seu talento e do seu trabalho.

Por fim, reitero sempre que no Brasil de hoje, nesse Brasil com uma democracia tão nova, todos nós devemos preferir, um milhão de vezes, os sons das vozes críticas de uma imprensa livre, ao silêncio das ditaduras.

Muito obrigada.

## **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste**

O Fórum busca discutir iniciativas e estratégias políticas que facilitem a articulação regional, e, em 2011, chega em sua 12ª edição, consagrado como um espaço de discussão, reflexão e atuação sobre os caminhos para o futuro da região

**Aracaju-SE, 21 de fevereiro de 2011**

Neste dia 21 de fevereiro, eu queria dizer a todos aqui presentes que para mim, como primeira viagem ao Nordeste, é muito importante estar aqui nesta reunião do 12º Fórum de Governadores do Nordeste.

Então, eu queria cumprimentar, primeiro, a todos.

Em seguida, eu queria dar um cumprimento especial ao meu querido Marcelo Déda, que sempre nos encanta com essa capacidade que o Déda tem de falar com o coração e também falar com a razão. Queria agradecer ao Déda, como anfitrião desta reunião, o acolhimento que ele está me dando aqui em Sergipe.

Queria cumprimentar a nossa querida primeira-dama Eliane Aquino,

Queria cumprimentar, também, os governadores aqui presentes,

O senhor governador da Bahia, meu companheiro Jaques Wagner,

O governador de Pernambuco, meu companheiro Eduardo Campos; e aproveito também para cumprimentar a minha querida amiga Renata Campos,

Queria cumprimentar o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, meu estado natal,

O governador do Ceará, companheiro Cid Gomes,

O governador da Paraíba, Ricardo Coutinho,

O governador do Piauí, Wilson Martins,

A nossa querida governadora do Rio Grande do Norte, única mulher aqui presente no... - não, no Fórum eu não diria, Déda – no conjunto dos governadores nordestinos. Esperamos, não é, Rosalba, que sempre haja mais governadoras.

\_\_\_\_\_ : Tem a Roseana, que não pôde vir.

Presidenta: É. Mas a Roseana não está presente aqui, hoje, não está presente, infelizmente.

E o senhor Carlos Augusto Rosado, o nosso querido “primeiro-damo”.

Queria também cumprimentar o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho,

Cumprimentar o vice-governador do Maranhão, Washington Luiz, e pedir-lhe que ele envie à Roseana meu desejo de pronto restabelecimento,

Queria cumprimentar os meus ministros: Miriam Belchior, do Planejamento; Fernando Bezerra Coelho, da Integração Nacional; Luiz Sérgio, das Relações Institucionais; Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social.

Queria cumprimentar o vice-governador de Sergipe, Jackson Barreto,

E um cumprimento especial à deputada Angélica Guimarães, primeira presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe,

Cumprimentar também o presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, desembargador José Alves Neto,

Queria cumprimentar os senhores senadores aqui presentes: Antonio Carlos Valadares, senador Eduardo Amorim, senador Humberto Costa, senador Walter Pinheiro, e senador Wellington Dias,

Queria cumprimentar os deputados federais: Almeida Lima, deputado André Moura, deputado Gonzaga Patriota, deputado Heleno Silva, deputado Laércio Oliveira, deputado Márcio Macedo, deputado Rogério Carvalho e deputado Valadares Filho,

Queria dirigir um cumprimento, também, ao nosso querido prefeito de Aracaju, o Edvaldo Nogueira, e agradecer pela orquestra sanfônica que, de fato, foi um momento especial aqui, e que mostra a riqueza cultural do nosso país,

Queria, ao cumprimentar o Edvaldo, cumprimentar todas as autoridades municipais aqui presentes,

Cumprimentar o Luciano Coutinho, presidente do nosso BNDES,

O Roberto Schmidt, presidente do Banco do Nordeste,

Queria cumprimentar todos os senadores, aliás, todos os deputados e deputadas estaduais,

Os senhores vereadores e as senhoras vereadoras,

Cumprimentar os representantes da imprensa aqui presentes,

E agradecer a presença das senhoras e dos senhores.

A minha primeira fala só podia ser, Déda, de agradecimento. Agradecimento ao povo do Nordeste, ao povo do Nordeste que soube me dar um apoio e, ao mesmo tempo, assumir o compromisso comigo ao me dar uma das votações mais

expressivas que algum presidente da República teve na região nordestina. O agradecimento é do fundo do coração. Agora, o compromisso é baseado na mais completa e ampla convicção de que o Nordeste é o grande desafio da minha gestão, como foi da gestão do presidente Lula. E eu espero, ao longo da minha fala, demonstrar por quê.

Esse é um agradecimento muito importante, porque ele compõe e integra o coração do projeto que eu representei nessas eleições, que foi um projeto de desenvolvimento com inclusão social, um projeto que pensava, que vivia e que se determinou a alterar as desigualdades regionais e sociais do Brasil.

Por isso, o Nordeste era – e continua sendo – o nosso grande compromisso, porque ele representa o resgate de uma parcela do Brasil, da sua população e de uma região inteira.

Muito bem disse o Déda: aqui começou o Brasil. Aqui, o Brasil também continua. E, por isso, eu queria dizer que esse projeto do novo Nordeste, que eu acho que o presidente Lula inaugurou, ele é um projeto nacional, ele não é um projeto regional, rigorosamente falando. Por que ele é um projeto nacional? Porque, como você disse no seu discurso, para o Brasil, o Nordeste sempre foi visto como um problema. Para nós, não: ele foi visto como a grande solução dos nossos problemas.

E nós tivemos uma oportunidade única de viver isso e de demonstrar que isso não era retórico. Durante a crise, o Nordeste segurou o crescimento do Brasil, que só não mergulhou mais do que o que aconteceu em 2009 porque o Nordeste seguiu crescendo, e seguiu crescendo a taxas superiores às taxas nacionais.

Portanto, esse projeto é um projeto que olha o Brasil a partir do Nordeste, e tem por objetivo perceber que não há uma solução para o Brasil sem uma solução para o Nordeste. E isso por quê? Nós acreditamos que a grande alavanca do crescimento do nosso país nos últimos anos, que mudou completamente a forma pela qual o mundo nos enxerga, mas também a forma pela qual nós nos enxergamos foi, de fato, perceber que este país, ele só seria grande, ele só seria um país desenvolvido se fosse um país em que homens e mulheres brasileiros tivessem acesso aos bens de uma economia desenvolvida, de uma economia sofisticada e de uma economia que tinha de aplicar todos os seus esforços em incluir milhões e milhões de brasileiros, porque essa era a força fundamental deste país.

Nessa medida, ao percebermos que não havia solução para o Brasil sem solução para uma das suas regiões mais espoliadas, e onde havia maior concentração de renda, de emprego, nós lançamos as bases do que eu chamo projeto do novo Nordeste, que é um projeto casado com o projeto do novo Brasil. Primeiro, a base disso foram escolhas estratégicas do governo do presidente Lula, que optou por perceber que não havia contradição entre aumentar a renda da população brasileira, criar um mercado interno, manter um crescimento com estabilidade. Segundo, porque nesse período, ao mesmo tempo em que o presidente Lula fazia isso, houve o surgimento, a emergência, no próprio Nordeste, de forças políticas que tinham a consciência dos seus problemas. E essas lideranças políticas transformadoras, eleitas pelo voto do povo nordestino, elas foram responsáveis por uma das maiores

parcerias realizadas neste país entre o governo da União e os membros da Federação.

Essa parceria, ela teve sua expressão aqui no Nordeste. Ela ocorreu em todas as outras regiões, mas eu ousou dizer que aqui no Nordeste ela se deu de uma forma mais integral, mais completa. E isso não se deve ao governo federal, nem só ao presidente Lula, nem tampouco aos seus ministros. Isso se deveu ao fato de que essas lideranças políticas, expressas nos seus governadores, tinham consciência dos problemas das suas regiões, não estavam mais dispostas a esperar, e tinham uma inconformidade e uma indignação com a situação vivida pela sua população, pelos seus povos.

Por isso, este Fórum de Governadores, juntamente com todos os prefeitos – e aqui eu queria destacar os prefeitos, falando do nosso querido prefeito Edvaldo, que sempre foi um parceiro nesse processo – isso significa uma mudança na trajetória do Brasil e do Nordeste. Houve uma confluência, sim, de um amadurecimento do governo federal, mas também, e sobretudo, eu quero destacar, por uma questão de justiça: nós não teríamos conseguido fazer o que fizemos se não estivéssemos todos engajados no mesmo projeto, independentemente de partidos políticos, independentemente de opções políticas. E isso eu não estou falando só em termos daqueles que se identificavam com o nosso governo, mas nós todos: governadores, prefeitos e o governo federal fomos capazes de fazer essa parceria.

Então, eu acredito que esse pacto que sustentou – eu acho – uma grande transformação no Nordeste nesses últimos oito anos, ele é estratégico para manter essa transformação e para manter, politicamente falando, essa aliança que nós fizemos, que sustenta a emergência de um novo Nordeste.

Eu queria dizer para vocês que avançar nas transformações, tanto a garantir um desenvolvimento acima do Produto Interno Bruto do Brasil, aqui no Nordeste, avançar na distribuição de renda e no combate às desigualdades, aqui no Nordeste, é crucial para fazer o Brasil avançar, tanto no seu desenvolvimento como num projeto que para mim é o projeto prioritário, que é o projeto da erradicação da miséria no Brasil.

É importante perceber que nós só conseguiremos diminuir a desigualdade regional se aqui nós fizermos sempre um pouco mais do que é feito no resto do Brasil. E é esse o grande desafio que nós temos pela frente. Nós temos que fazer um pouco mais aqui, porque aqui há uma trajetória de desigualdade que vem da oligarquia, vem da escravidão, vem de vários fatores. Mas, sobretudo no período capitalista, vem do desenvolvimento bastante assimétrico no Brasil. E esse desenvolvimento assimétrico, ele atingiu estados da Federação que hoje estão no Sudeste, no caso Minas Gerais, mas que tem uma região inteira que tem todas as características de Nordeste. E o Nordeste, no Brasil, às vezes não fica só no Nordeste. Ele fica no Sudeste, ele fica na Metade Sul do Rio Grande do Sul, ele fica no maior estado da Federação, o estado mais rico, São Paulo, ali no Vale do Ribeira, fica lá no Vale do Jequitinhonha. O Nordeste, no Brasil, está em vários lugares. Mas ele está, sobretudo, aqui, e por isso é nossa tarefa fazer aqui um pouco mais, é esse um grande desafio. Nós temos de manter, aqui, o PIB crescendo a taxas acima do PIB nacional, e nós temos de fazer aqui um esforço imenso, porque a pobreza no Brasil,

ela tem uma certidão de nascimento que privilegia, infelizmente, esta região do país. Por isso é que eu tenho esse compromisso que, eu diria, assim, que é um compromisso de alma com esta região. Para tanto, nós vamos precisar de fortalecer o nosso pacto para além dessas diferenças políticas, mas tendo clareza dos nossos objetivos. Daí por que eu fico muito feliz de começar minha caminhada no Nordeste nesta reunião do Fórum de Governadores. Porque, sem os senhores, eu sei que nós não conseguiremos, porque os senhores são estratégicos nisso.

Além disso, é necessário que nós olhemos o Nordeste com um olho muito perspicaz. Nós não podemos olhar o Nordeste vendo todas as regiões como iguais porque, assim como não há solução para o Brasil sem solução para o Nordeste, não há solução para o Nordeste sem solução para o semiárido nordestino. E isso significa que nós vamos ter de regionalizar os nossos instrumentos, as nossas ações, e que vai ficar mais difícil fazer a política, porque ela vai ter de ser mais precisa, ela vai ter de ser mais requintada, e nós teremos de ter uma parceria cada vez mais estreita.

Territórios ainda vulneráveis da região, eles devem ser incorporados ao ciclo virtuoso de crescimento que nós já vimos surgir em várias áreas dos vários estados nordestinos. Nós vamos precisar, para que a gente de fato tenha um novo Nordeste, espriar o desenvolvimento por todo o território. A gente tem de ter uma ótica de território. Daí por que vem aqui do Nordeste uma grande contribuição lá para o Ministério do Planejamento, de uma pessoa que é aqui de Sergipe, que foi...

\_\_\_\_\_ : É baiana.

Presidenta: Eu sei. Ela é aqui de Sergipe, eu vou falar que ela é baiana só no fim. Ela é aqui de Sergipe, ela foi secretária do Planejamento.

\_\_\_\_\_ : Por dez anos.

Presidenta: Por dez anos. Ela olhou essa questão dos territórios, junto com o Luciano Coutinho. E o Jaques disse: "Ela nasceu na Bahia". No fim, ela é nordestina, é a Lúcia Falcão. Se eles brigarem, você defende. É isso mesmo.

Bom, essas propostas, que eu acho que nós temos de nos deter, eu não tenho todo o "mapa da mina", mas para que a gente possa manter e acelerar o desenvolvimento do nosso Nordeste, eu queria destacar algumas questões.

Nós temos de assegurar que o Brasil também cresça em ritmo adequado, para o Nordeste crescer acima do ritmo brasileiro. É impossível o Nordeste ter um crescimento significativo, acima até do PIB, do crescimento do PIB brasileiro, se o PIB brasileiro cair. A nossa relação é uma relação umbilical. É um pouco acima, mas tem de ser um pouco acima do acima.

Por isso, eu quero dizer que os nossos cortes orçamentários, os 50 bilhões, eles preservaram o investimento. Nós estamos, sim, fazendo uma consolidação fiscal. Não é igual ao que foi feito em 2003. Em 2003, o Brasil tinha uma taxa de inflação fora do controle, que não é o caso atualmente. Nós estamos dentro da margem estabelecida, de 2 pontos acima dos 4,5[%] da meta. Nós não tínhamos US\$ 300 bilhões de reservas, como temos hoje. Nem tampouco tínhamos um nível e um

projeto de investimento em que todos – investimento público e privado – mantiveram um patamar de crescimento. E mais: temos perfeita consciência, para que não haja de fato, no Brasil, pressões inflacionárias, que nós não deixaremos que aconteça, é importante que a oferta de bens e serviços, sobretudo a taxa de investimento, cresça acima, cresça acima da demanda por bens e serviços. A taxa de investimento, ela integra a demanda, mas ela garante a ampliação da oferta. Daí porque nós mantemos integralmente os investimentos com o PAC, Minha Casa Minha Vida, Copa. Eu estou dando, dentro da Copa, Mobilidade Urbana, vou dar dentro... aliás, dentro da Copa, não. Dentro do PAC Mobilidade Urbana, que completa os investimentos da Copa em Mobilidade. Estou dando também como exemplo de não corte o próprio PAC 2, especialmente na parte social e urbana; e o Programa... o PEF de 2011, que nós estamos mantendo... de 2011, que nós estamos mantendo, que é recurso livre.

O Nordeste precisa continuar crescendo, como eu disse, em um ritmo mais adiantado do que o Brasil. E cresceu nos últimos anos. Eu não vou aqui me estender nos dados, mas nós sabemos que houve um crescimento nesse período, do Nordeste, acima da taxa de crescimento do PIB. Principalmente, porque nós criamos um mercado interno pujante. Daí porque é importante para o Nordeste a política de reajuste e valorização do salário mínimo que nós aprovamos em primeira instância na Câmara e que esperamos aprovar no Senado. Por quê? Porque ela garante um horizonte de crescimento do salário mínimo de forma sistemática, sendo esse horizonte o PIB de dois anos atrás e a inflação do ano corrente. Eu alerto aos senhores que o PIB de dois anos atrás, ele tem um componente anticíclico, na nossa visão de política. Por quê? Porque nós sabemos que o ano de 2012 será o ano em que a economia vai recuperar de forma mais forte. Com o reajuste que está previsto diante de um PIB de 7,6% e de uma taxa de inflação que vai ficar em torno de 4,5[%] a 5[%], nós teremos um ajuste significativo do poder de consumo. Então, é interessante e importante que vocês entendam as projeções que nós fizemos para definir esse tipo de política. Nós vamos ter de mobilizar um amplo conjunto de instrumentos para assegurar que a gente consiga manter a redução das desigualdades e, ao mesmo tempo, nós conseguimos esse crescimento acima da média.

Todos nós sabemos que não bastam só políticas sociais. É fundamental que a economia mantenha uma taxa de crescimento do emprego que seja capaz de absorver os nossos trabalhadores, de dar uma perspectiva de vida para milhões de famílias brasileiras no Brasil e aqui no Nordeste.

O que nós fizemos deu certo. Nós demos um grande apoio e estímulo aos grandes investimentos, tanto na infraestrutura, investimentos públicos ou em parceria, quanto investimentos produtivos do setor privado aqui no Nordeste. Nós vamos continuar fazendo isso.

O outro eixo é estímulo ao próprio empreendedorismo nordestino. Nós queremos que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o futuro Ministério de Pequenas e Médias Empresas tenham uma política muito clara em relação aos APLs aqui no Nordeste, aos Arranjos Produtivos Locais. Por exemplo, nós achamos que há que dar suporte e fazer que se reproduza, eu diria assim, experiências de sucesso, como é o caso das confecções de Ibotirama, não é, Eduardo? A

apicultura... em Ibotirama... É Toquitama [Toritama]? Eu falei para vocês que não era Ibotirama. Vocês vejam o que é uma ótima assessoria. É Toritama. E eles acharam esse Ibotirama, sabe onde? Na internet.

A apicultura em vários estados, laticínios em outros; porto digital no Recife, piscicultura, apicultura, enfim.

Nós temos de olhar também as diferentes iniciativas que existem aqui no Nordeste. Tem uma coisa que o ex-ministro Mangabeira Unger tinha razão: é que essa é uma experiência que geralmente cria o que ele chamava de “pequenos vitoriosos”, “médios vitoriosos”. Nós temos de incentivar o surgimento de pequenos e médios vitoriosos.

Além disso, o Nordeste tem de dar apoio à agricultura comercial, que já deu provas de enorme poder competitivo – no oeste da Bahia, lá no sul do Piauí, no Maranhão, a própria agricultura irrigada. E nós iremos dar uma grande importância, como na sequência eu falarei sobre a questão da política de irrigação. Além disso, através da nossa política global de agricultura familiar, nós temos certeza de que a desigualdade também, ela tem uma outra face, ela tem, apesar de ter uma concentração urbana, ela tem uma face rural. E, aí, a agricultura familiar, a expansão do Programa de Aquisição de Alimentos, juntamente com a assistência técnica, que não era tradição aqui na região, nós temos de incrementar, e só conseguiremos fazê-lo com a parceria dos governadores.

E eu queria dizer para vocês que, na nossa política de erradicação da miséria, a questão territorial e a questão regional, e o cuidado, aqui, com a região nordestina e com o semiárido vai assumir um papel muito importante. Eu não vou antecipar essa política, porque ela está em formatação. Mas eu posso assegurar a vocês que no perfil dela, da questão da erradicação da miséria, é impossível o Brasil encarar, enfrentar a questão da miséria sem tratar da questão da miséria aqui no Nordeste, aqui no semiárido. Nós esperamos que, até o início do próximo trimestre, a gente tenha já finalizada essa política de erradicação da miséria, para poder discutir e trazer para os senhores para o debate neste Fórum ou em alguma outra atividade que nós, em conjunto, julgarmos adequada.

Eu queria dizer também que nós iremos apoiar e estimular o investimento privado, gerador de oportunidades no Nordeste. E temos de caminhar para superar essa questão da chamada guerra fiscal. Eu sei que hoje, se não existisse guerra fiscal, dificilmente alguns – vou falar uma ousadia aqui – muitos investimentos não viriam para o Nordeste. Agora, sob todos os aspectos não é – nem será – a melhor forma de atrair investimento. Porque, muitas vezes, em nome da guerra fiscal, você acaba não beneficiando a região, mas beneficiando, de forma mais concentrada, o investidor. Eu sei que ele tem de ser beneficiado, mas ele não precisa ficar com todos os benefícios, como muitas vezes ocorre.

Por isso, para criar um ambiente atrativo à expansão do investimento privado, nós vamos enviar ao Congresso, ainda neste semestre, projeto de lei prorrogando os incentivos fiscais de Imposto de Renda aos investimentos produtivos no Nordeste. Ele está para vencer em 2013. Nós iremos antecipar, e já deixar claro que iremos prorrogá-los até 2018, para possibilitar um horizonte claro e uma capacidade de

cálculo para o investidor, e permitir que ele possa investir com tranquilidade aqui. Lembro aos senhores que tem uma restrição da LOA que impede que seja para além de cinco anos a prorrogação; por isso, 2018.

Além disso, nós vamos fazer investimentos aqui na região. Eu vou mais ou menos dar um quadro do que a gente espera para cá. No PAC Nordeste, nós vamos dar continuidade a vários investimentos que estão aqui na região: a interligação das bacias – não é, Fernando? – mais a Transnordestina, mais parte da Norte-Sul que atinge o Nordeste também, porque atinge o Maranhão. Além disso, a continuidade das obras de rodovia, de ferrovia, de portos, a BR-101, como disse o Déda aqui, que todos nós passamos o tempo todo olhando com muito cuidado, e sabemos que é fundamental a interligação entre os estados, para criar uma economia, de fato, regional. E nós estimamos mais ou menos um total de 120,4 bilhões, sendo 64,5 bilhões até... do que está em andamento, até [20]14. Tem alguns que vão para além de [20]14, por exemplo, as refinarias, elas não se fazem em quatro anos. Muitas das refinarias, algumas vão para [20]15, outras para [20]16 e outras para [20]17. Mas são volumes de investimento muito elevados.

Novos investimentos do PAC 2 – aí, eu não estou falando da parte de urbano e social que inclui todos os projetos de Habitação, de Saneamento, de Praças do PAC, de Ampliação de Unidades Básicas de Saúde, é de 55,5 bilhão. O PAC 2 é maior, que é isso aqui, no Nordeste. Porque aqui só está a logística e a energética e parte da hídrica.

Bom, além disso, na Copa, nós vamos, de fato, executar investimentos específicos para as quatro capitais que foram selecionadas pela Fifa para a Copa: Fortaleza, Natal, Recife e Salvador, num total de 5,6 bilhões.

Na segurança hídrica, nós iremos dar uma especial atenção para a questão da segurança hídrica aqui no Nordeste, tanto nos projetos estruturantes, como é o caso da integração da Bacia do São Francisco, como os do que nós chamamos “complementares”. Os complementares são: o cinturão das águas, no Ceará; o canal do sertão alagoano; o sistema adutor agreste pernambucano; a vertente litorânea paraibana, a Barragem do Oiticica; a barragem, aqui, que o Déda sempre pleiteou e que está no Canal do Xingó, e a outra está em andamento também, não é?

\_\_\_\_\_ : Inclusive tem uma parte dela.

Presidenta: Tem uma parte, mas está em andamento.

\_\_\_\_\_ : Exatamente.

Presidenta: E vamos avançar em construção de barragens e açudes médios.

Além disso, vamos fazer obras pontuais. Na área de erradicação da miséria, nós iremos dar muita importância à questão das cisternas e o acesso humano e individualizado, por família, à água, assim como fizemos com o Luz para Todos. Pretendemos ter um projeto que define muito claramente a universalização da água na região.

Na política de irrigação, que vai estar sendo coordenada pelo ministro Fernando, nós vamos expandir – e achamos que isso é crucial para o desenvolvimento nordestino – a área irrigada, recuperando perímetros de irrigação existentes e estimulando a construção de novos perímetros. Daí porque nós estamos reestruturando o Ministério da Integração, com a criação da Secretaria Nacional de Irrigação.

Na garantia de acesso a serviços de políticas públicas de qualidade, eu queria levantar primeiro uma questão que ontem... foi ontem ou antes de ontem, apareceu, se eu não me engano, bom, em um grande jornal do eixo Rio-São Paulo, que foi sobre a questão – apesar do avanço na área de educação no Nordeste – a existência de professores que não estavam formados na universidade, em ensino superior, e que tornava a região uma das regiões com a taxa mais elevada de professores sem essa formação. Eu queria fazer duas observações: em primeiro lugar, isso é verdade, mas não é verdade já nessa dimensão. Por quê? Porque está em andamento, depois da interiorização de universidades que nós fizemos, e de Ifets – dos Institutos Federais e Tecnológicos –, e das unidades da Universidade Aberta do Brasil, está em andamento a formação de professores no Nordeste. Então, é verdade, mas a solução começou a ser encaminhada. Mas, nós vamos ter de fazer um esforço maior. Eu acho que esse indicador é um indicador com o qual nós não podemos conviver. Porque esse indicador, ele compromete a evolução do Nordeste, no que se refere à solução da desigualdade. Nós vamos ter de perseguir metas muito, eu diria assim, agressivas – vou usar a palavra “agressivas” – e tentar perseguir isso para poder formar.

Daí por que eu vou começar primeiro pelas Universidades Abertas, que nós estamos pretendendo fazer no biênio 2011-2012 setenta e dois novos polos da Universidade Aberta do Brasil. Por que isso? Porque nós sabemos que a Universidade Aberta do Brasil, utilizando toda a tecnologia de informações, ela permite uma interiorização maior, mais rápida e com qualidade. Mas também nós vamos finalizar as obras de 28 novas escolas técnicas; vamos iniciar o funcionamento de três novos campi; e vamos também, dentro do Pronatec, que nós vamos anunciar também, que não está pronto, mas eu falo qual é o espírito dele para os senhores, e aqui, em algumas regiões, vocês já sentem isso. Eu, inclusive, estive, uma época, aqui, com o presidente Lula, acho que foi numa parte lá em Alagoas, junto com o governador Teotônio, e o presidente Lula perguntou para o pessoal ali do trecho, que estava trabalhando na obra, se eu não me engano aquele era o canal... Me lembra... era o Canal do Sertão Alagoano, era um trecho dele, de uns 60 quilômetros, 50 quilômetros, por aí. E o presidente Lula, conversando com o pessoal, os peões, a peãozada, perguntou: “E aí, como é que está a coisa?” Eles disseram para o Presidente: “Olha, Presidente, a coisa está boa, porque a gente sai daqui e pode conseguir emprego lá na interligação da Bacia, a gente pode ir lá para outro emprego, então a coisa está boa”.

O que eu acho que nós temos de tirar disso? Não é o nosso contentamento puro e simples. É o fato de que a gente pode melhorar a formação profissional de todos os nossos trabalhadores, para que a gente tenha um trabalho de melhor qualidade. Eles vão poder trabalhar em todas as grandes obras mais sofisticadas que vão ocorrer aqui, além das obras de construção civil, que são muito importantes. Nós temos de formar eletricitistas, soldadores. Nós temos de formar bons... para as obras do Minha Casa, Minha Vida, bons azulejistas. Enfim, tem toda uma quantidade de

trabalhadores, lá para o Eduardo, lá, nós vamos ter de ter trabalhador especializado para as refinarias, para todas as obras de construção de estaleiro. Enfim, será importante, então, a visão desse Pronatec, porque o Pronatec é, eu acredito, um dos grandes instrumentos da distribuição de renda no Brasil. Ele implica em duas coisas: primeiro, na ampliação do ensino médio, fazer um ensino médio que seja combinado com o ensino técnico, de um lado. Então, ele diz respeito, aí, ao ensino regular, mas, de outro lado, ele dá conta também da formação do trabalhador. Então, é a formação técnica do trabalhador, em cursos com menos horas. Então, essas duas questões, elas são também fundamentais nesse processo.

E eu queria dizer que a regionalização de campus faz parte desse processo de qualificação dos alunos, porque é a melhoria do professor.

Finalmente, nós iremos... já fizemos uma seleção da área de social e urbano, com 6,7 bilhões aqui para o Nordeste, nós vamos continuar o projeto de seleção. E pretendemos que não só em Praças do PAC, em projetos de construção de creches e pré-escolas, na construção e cobertura de quadras esportivas nas escolas, nas UPAs, nas unidades básicas de saúde, nos projetos de drenagem – e eu tenho aqui todos os recursos destinados e já solucionados para cada uma dessas áreas – nas obras de pavimentação, nos investimentos de saneamento, nos investimentos do Minha Casa, Minha Vida 2, que nós tenhamos essa sustentação do investimento do governo federal.

Queria destacar que o nosso sistema financeiro vai estar atento para projetos, e nós iremos, como vocês já escutaram, nós iremos prorrogar o Programa de Sustentação do Investimento, o PSI. Isso significa também um foco na ampliação do investimento privado. Aqui no Nordeste, como em todo o Brasil, significa, na área de bens de capital, significa também um grande reforço na área da inovação, em uma parceria do BNDES com a Finep e, ao mesmo tempo, uma série de projetos está em andamento em áreas como celulose, como cimento, como indústria automobilística. Enfim, várias áreas que nós iremos contemplar através do nosso sistema financeiro. Eu queria dizer que o Banco do Nordeste, ele terá um papel muito importante. Nós pretendemos que o Banco do Nordeste seja o braço financeiro da Sudene; que tenha uma conjugação com a Sudene e que se transforme, de fato, em um grande instrumento de transformação aqui.

Mas, sobretudo, eu acredito em duas coisas. Eu acredito que nós temos de combinar um projeto específico muito ambicioso para o semiárido nordestino. Tem uma concentração populacional muito expressiva, e nós temos como desafio, eu acho, reduzir o nosso foco, concentrando ele em algumas regiões. Daí porque eu conto com os senhores para nos auxiliar. Quando nós começarmos e abirmos o processo de discussão agora, em março, sobre o nosso Programa de Erradicação da Pobreza, que a gente conte com soluções, com propostas para essa questão do semiárido nordestino.

E, finalmente, eu queria dizer para vocês: eu considero que essa nossa síntese que nós colocamos no nosso dístico: “País rico é país sem pobreza”, ela tem um motivo. Por muitos e muitos anos, no Brasil, se acreditou que o Brasil podia ser rico com milhões de pobres, cidadãos e cidadãs brasileiras pobres. “País rico é um país sem pobreza”, significa profunda consciência que tem de ter o país, o seu governo, a

sociedade, de que não haverá nenhum país rico, efetivamente rico, se ele conviver com a situação de pobreza que nós ainda convivemos.

Então, todos nós queremos ser... E nós vamos poder fazer isso, nós queremos superar alguns países, inclusive desenvolvidos, no ranking dos países com maior crescimento.

Mas nós não podemos querer só isso. Nós temos de querer, sobretudo, que seja um país em que a sociedade seja rica, em que não haja diferenças sociais que transformem o Brasil no recordista ainda, apesar de todo o esforço feito no governo do presidente Lula, que tirou da pobreza 28 milhões de brasileiros e elevou à classe média 36 milhões – dados ainda de 2009, porque os de 2010 ainda não estão prontos, eu acredito que nós tiramos mais gente –, nós não podemos nos conformar com essa situação, e nós temos de ter metas claras, metas claras para várias coisas.

País rico é país com saneamento; país rico é país com água; país rico é país com luz elétrica, e país rico é, sobretudo, país com emprego, e emprego de qualidade, com pessoas trabalhando, agregando valor e podendo criar seus filhos com orgulho. É isso que significa “País rico é país sem pobreza”.

Obrigada a todos.